



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680382 - PE (2021/0220118-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA
ADVOGADO : ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA - PB011612
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : LEANDRO DE FARIAS SILVA (PRESO)
CORRÉU : PAULINO ALFREDO DE FARIAS NETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO DE FARIAS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 8103-79.2021.8.17.9000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário epigrafado, manteve, no acórdão de fls. 522/535 e consoante inteligência da Súmula n. 21/STJ, a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade com arrimo precipuamente nos seguintes fundamentos, *litteris* (fls. 270 - g.m.):

In casu, a medida extrema se faz necessária para GARANTIR A ORDEM PÚBLICA [...] São fortes os indicativos da periculosidade, já que por causa de uma discussão, o acusado Paulino Alfredo Farias Neto, conhecido por “Paulino de Lucinha”, ameaçou de morte as pessoas que estavam presentes no local e posteriormente, **acobertado pelo seu irmão Leandro de Farias Silva, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima Gleidson da Costa Ferreira**, em sua própria residência, quando esta vinha passando pela sala em direção ao terraço, e **continuou atirando mesmo com a vítima caída no chão e sua mãe tentando protegê-la**, causando revolta e comoção à população, **de maneira que o *modus operandi* por eles empregado para o cometimento do delito indica frieza e premeditação e autorizam a prisão cautelar de ambos para garantir a ordem pública.**

Não se pode olvidar, ainda, que **os acusados, já empreenderam fuga do distrito da culpa**, conforme consignado no inquérito policial, **de modo que a prisão preventiva de ambos também tem por escopo garantir a aplicação da lei penal.**

Consta dos autos a prisão preventiva do custodiado, efetivada em 15/3/2021, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 121, § 2º, inciso IV,

do CP, nos termos do *decisum* de pronúncia de fls. 440/444.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a injustificada segregação processual do paciente, além de não alicerçada em fatos contemporâneos; exceder o peremptório prazo de 90 (noventa) dias, estatuído no art. 316, parágrafo único, do CPP; encontrar-se despida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, porquanto "jamais tivera qualquer envolvimento com o crime" (fl. 4), não preenche, como *ultima ratio* e em homenagem aos primados da presunção de inocência e da razoável duração do processo, os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315 e 648, incisos I e II, todos do referido diploma.

Nesse panorama, roga o impetrante, liminarmente, pelo relaxamento da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319, 648 e 654, § 2º, todos do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente